

Banco Comercial Português, SA
Sociedade Aberta
Sede: Praça D. João I, 28, Porto
Capital Social: Euros 3.611.329.567
Matriculado na C.R.C. do Porto, com o número único de matrícula
e de identificação fiscal 501.525.882

Obrigações de Caixa

Aforro 10% Junho 2007/2009

- Ficha Técnica -

Emitente:	Banco Comercial Português, SA.
Modalidade:	Emissão de Obrigações de Caixa, por subscrição pública.
Natureza e Representação:	As obrigações serão representadas por valores escriturais ao portador, exclusivamente materializadas pela sua inscrição em contas abertas em nome dos respectivos titulares, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários.
Montante:	Até EUR 200.000.000
Valor Nominal:	EUR 50, por obrigação.
Preço de Emissão:	EUR 50, por obrigação, com pagamento integral na Data de Emissão.
Período de Subscrição:	De 7 de Maio a 15 de Junho de 2007. As obrigações serão atribuídas pela ordem de subscrição, podendo o período de subscrição ser encerrado antes do final do mesmo, caso as ordens recebidas perfaçam o montante da emissão.
Data de Emissão:	20 de Junho de 2007.
Reembolso:	EUR 50 por obrigação, na Data de Reembolso.
Prazo:	2 anos.
Data de Reembolso:	20 de Junho de 2009. Caso esta data não seja um dia útil (definido como um dia em que o sistema de pagamentos TARGET esteja em funcionamento), a DATA DE REEMBOLSO será ajustada para o dia útil imediatamente seguinte.
Taxa de juro	A taxa de juro nominal anual, de cada período de contagem de juros será de: 1º Trimestre: 2,500% 2º Trimestre: 2,500%

Pagamento de Juros: Os juros serão pagos trimestral e postecipadamente a 20 de Setembro, 20 de Dezembro, 20 de Março e 20 de Junho de cada ano.

Caso estas datas não sejam um dia útil (definido como um dia em que o sistema Target está em funcionamento), a Data de Pagamento de Juros será ajustada para o dia útil imediatamente seguinte.

Base de Cálculo de Juros: 30/360

Taxa de Rentabilidade Efectiva: A taxa de rentabilidade efectiva anual bruta desta emissão é de 3,85640%.

Regime Fiscal: A remuneração das Obrigações, está sujeita a retenção na fonte:

a) à taxa liberatória de 20%, com possibilidade de opção pelo englobamento se detidas por residentes em território nacional, no caso do IRS;

b) à taxa de 20%, a título de pagamento por conta se detidas por entidades residentes em território nacional, no caso de IRC;

No entanto, haverá lugar à aplicação de isenção aos beneficiários efectivos que, em território português não tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável ao qual estes rendimentos possam ser imputáveis e desde que não sejam entidades residentes em país território ou região com regimes de tributação privilegiada, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro de Estado e das Finanças.

A presente cláusula constitui um resumo do regime fiscal a que a emissão está sujeita e não dispensa a consulta da legislação aplicável.

Prescrição de Reembolso

e de Pagamento de Juros: Nos termos de artigo 1º do Decreto-lei nº. 187/70, de 30 de Abril, consideram-se abandonados a favor do Estado:

a) As obrigações quando, durante o prazo de 20 anos, os seus titulares ou possuidores não hajam cobrado ou tentado cobrar os respectivos juros ou outros rendimentos ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito sobre esses títulos;

b) Os juros ou outros rendimentos das obrigações quando, durante o prazo de 5 anos, os seus titulares ou possuidores não hajam praticado qualquer dos factos referidos no parágrafo anterior.